

Bloco prepara-se para grande debate interno

8 de Junho, 2011 - 20:30h

No final da reunião da Comissão Política do Bloco, Fernando Rosas anunciou a convocação da reunião da Mesa Nacional para o dia 18 de Junho e o início de um grande debate interno entre militantes e simpatizantes. Bloco inicia actividade no parlamento propondo uma comissão para a auditoria da dívida.

No final da reunião da Comissão Política do Bloco, que decorreu durante a tarde desta quarta-feira, Fernando Rosas prestou declarações aos jornalistas anunciando que o Bloco irá fazer o seu debate interno, "como sempre fez, a seguir às grandes campanhas eleitorais, nas vitórias e nas derrotas, como agora aconteceu?". "Vamos fazê-lo alargadamente, democraticamente e a partir da convocação de uma Mesa Nacional para dia 18 de Junho. Iniciaremos um processo de grande debate interno acerca do balanço eleitoral, da nova situação política interna, apontando perspectivas para o nosso trabalho?".

A Comissão Política (CP) deixa bem claro que os timings e o processo do debate interno são fixados pelos órgãos democraticamente eleitos em Convenção "e não por qualquer pressão mediática ou outra que se faça sobre o normal funcionamento da sua democracia interna", sublinhou Rosas. "Faremos como sempre, um grande debate, alargado. Um debate que olhe para o passado e trabalhe para o futuro, sem limitações, tabus ou limitações?".

O dirigente do Bloco informou também que não irá ser convocada nenhuma convenção extraordinária. "Reparei que o Daniel Oliveira, aliás vi na RTP, porque ele nunca o propôs dentro do Bloco, propõe uma convenção extraordinária ao mesmo tempo que pede o seu resultado "uma convenção extraordinária que deve demitir a direcção?", referiu Rosas, considerando que tal "não é uma proposta séria", pois "ninguém convoca uma convenção extraordinária antecipando qual deve ser o seu resultado?".

"Vamos fazer um debate sério, alargado, com militantes e simpatizantes?", reiterou, acrescentando que a reunião da CP decorreu "num excelente ambiente de aprofundada e detalhada análise desta situação?". "Os trabalhos estão em via de conclusão, mas digo já que saímos animados para nos prepararmos para esta nova situação?".

?Houve uma maciça deslocação do voto popular para a direita?

O dirigente bloquista sublinha a viragem sociológica e política do voto para a direita que penalizou os partidos que se colocaram fora do acordo com o FMI. "Houve uma maciça deslocação do voto popular para a direita, um voto popular que busca segurança, a ilusão de

uma solução a prazo e que penalizou fortemente as propostas de uma esquerda alternativa que se colocou fora do acordo com o FMI?. ?Não fomos capazes de contrariar esta tendência?, disse, acrescentando que ?isso exigiria aliás uma grande aliança à esquerda, desde logo inviabilizada pelo PS que alinhou na negociação com a troika?.

O Bloco encara ?com lucidez, com serenidade e com crítica? o balanço das eleições. ?Devemos ser humildes na vitória e lúcidos na derrota e saber retirar dela as conclusões necessárias para nos reforçarmos para o futuro?, disse. Aqueles ?sábios e pitonisas? que anunciavam que o Bloco iria desaparecer estão errados, afirmou Rosas ? ?o Bloco teve um mau resultado mas está enraizado na sociedade portuguesa?.

Fernando Rosas apontou que ?é a primeira vez, desde a constituição da democracia, que o país tem uma maioria, um governo e um presidente de direita e sobretudo tem um programa, que é o programa da troika. Um programa que será aplicado com a ajuda do CDS e em colaboração com o PS?.

O Bloco encara o novo ciclo político com grande apreensão, mas também com determinação: ?toda a gente sabe onde vai encontrar o Bloco: na defesa dos direitos das pessoas, do trabalho, dos jovens, da legalidade democrática e na luta pela criação de um campo alargado à esquerda, uma alternativa política?, disse.

Primeira proposta do Bloco no Parlamento: uma comissão para a auditoria da dívida

O Bloco não altera a apreciação do acordo com a troika e vai persistir num trabalho de pedagogia e mobilização, afirmou Rosas ? ?o acordo é o desastre económico e social?.

A primeira iniciativa neste novo ciclo parlamentar será propor a criação de uma comissão para a auditoria da dívida. ?Não é concebível que o país seja verdadeiramente 'esmifrado' para o pagamento da dívida sem que os portugueses não saibam qual é, o que é, como se constituiu e como deve ser paga a dívida pública e privada?.

?Se a maioria de direita no parlamento inviabilizar esta proposta nós vamos constituí-la na mesma: apelaremos a especialistas de todas as tendências, activistas dos movimentos cívicos, à sociedade civil, para que seja constituída uma comissão cidadã que promova a auditoria à dívida?.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)